

Importância da doutrina e exercícios específicos para a fixação de matéria jurídica.

É muito comum o leitor se debruçar sobre uma obra e na leitura passar despercebido esse ou aquele ponto. Tal ocorre pela simples razão de que por mais concentrados e interessados que estejamos sobre determinado livro é impossível - ou quase - conseguirmos fixar cada parágrafo do texto que acabamos de ler.

Não por outra razão alguns leitores costumam fazer anotações à margem do texto, com o objetivo de fixar assunto específico. Nessa linha, e tratando-se “A União Federal em Juízo” de livro que engloba temas de Direito Constitucional, Direito Processual Civil e, também, de Direito Processual Constitucional, entendi razoável elaborar alguns **exercícios especificamente voltados para fixar pontos relevantes** da matéria tratada nessa obra, que, felizmente, tem tido razoável acolhida pelo público leitor, especialmente aqueles que estão buscando maior conhecimento sobre aspectos importantes da Fazenda Pública em Juízo, bem como obter informações que possam ser úteis na vida profissional e na preparação para concursos públicos na área federal (advogado da União, juiz federal, procurador da República, procurador da Fazenda Nacional, procurador federal), que sempre demandam **doutrina específica**, raramente encontrada nos manuais que se ocupam do tratamento geral de disciplinas como Direito Constitucional e Processual Civil.

Desse modo, os exercícios que se seguem se destinam a acadêmicos de Direito e a leitores, com o objetivo de contribuir para a fixação de temas específicos, devendo, acaso necessário, ser complementados por outras obras.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EXERCÍCIOS

Exercício - 1

A Fazenda Pública nas ações de Mandado de Segurança

A posição do ente público no mandado de segurança tem suscitado razoável controvérsia. O Professor João Carlos Souto, em sua obra **A União Federal em Juízo** (Saraiva, 2ª edição, 2000), defende que a Fazenda Pública é parte e como tal deveria ser sempre tratada. Diante dessa abordagem, que, registre-se, não é majoritária na doutrina nacional, elabore um trabalho (1) analisando os argumentos do Professor Souto (constantes na referida obra), a posição de outros doutrinadores, da jurisprudência e, ainda, estabelecendo a sua própria.

1- Trabalho individual, com no mínimo 10 (dez) e no máximo 20 (vinte) páginas, espaço entre linhas de 1,5, letra Times New Roman, tamanho 12 (doze).

Exercício - 2

Trabalho de Processo Civil

A antecipação da tutela contra a Fazenda Pública.

O *caput* do art. 273 do Código de Processo Civil tem a seguinte redação:

Art. 273. O juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que, existindo prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alegação e: *(Redação dada pela Lei nº 8.952, de 13.12.1994)*

A antecipação foi e é saudada como um avanço da legislação processual civil. Trata-se de tema relativamente novo no ordenamento brasileiro, se comparado com outros institutos. Em sendo um tema recente - como efetivamente é - é prudente registrar que sobre ele não existe uma doutrina definitiva, ainda mais quando se sabe que o Direito encontra-se em constante mutação. Diante dessa constatação, requer-se a elaboração de um trabalho (1), com a análise da posição doutrinária do Professor João Carlos Souto, constante na sua obra **A União Federal em Juízo** (Saraiva, 2ª edição, 2000), referente à antecipação de tutela contra a Fazenda Pública, comparando-a com a posição de outros autores.

1- Trabalho individual, com no mínimo 10 (dez) e no máximo 20 (vinte) páginas, espaço entre linhas de 1,5, letra Times New Roman, tamanho 12 (doze).

Exercício - 3

Trabalho de Processo Civil

A Fazenda Pública e o interesse “meramente econômico” nas ações judiciais de entes da administração descentralizada.

A Justiça Federal em Uberlândia-MG, proferiu sentença, na década de 90, não acolhendo litisconsórcio entre a União e empresa pública federal, ao argumento, em síntese, de que a União não demonstrou interesse jurídico que justificasse seu ingresso e permanência na lide. O interesse, concluía a decisão judicial, era meramente “econômico”. Essa decisão motivou a interposição de recurso pelo então Procurador-Chefe da Advocacia-Geral da União em Uberlândia. Esse recurso encontra-se parcialmente reproduzido na obra **A União Federal em Juízo** (Saraiva, 2ª edição, 2000), de autoria de João Carlos Souto. O autor, que foi o subscritor do citado recurso, analisa a questão sob diversos prismas, acrescentando argumentos aos

elencados no mencionado recurso. Faça um trabalho (1) avaliando a posição e argumentos do referido autor comparando-os com a de outros autores nacionais.

1- Trabalho individual, com no mínimo 10 (dez) e no máximo 20 (vinte) páginas, espaço entre linhas de 1,5, letra Times New Roman, tamanho 12 (doze).

Exercício - 4

Trabalho de Processo Civil

Legitimidade para decidir o interesse processual da União. Conflito entre juiz federal e juiz estadual. Questões correlatas.

A experiência forense tem demonstrado, com relativa frequência, a existência de ações de interesse da Fazenda Pública Federal ajuizadas perante a Justiça Estadual. Qual a solução adequada para casos dessa natureza? Quem pode suscitar o conflito? O juiz federal? O juiz estadual? Qual o órgão competente para decidir do conflito. Ao encaminhar o processo para a Justiça Federal deve o juiz estadual firmar seu entendimento sobre a questão ou deve aguardar o pronunciamento do magistrado federal? Suponha a possibilidade de o juiz estadual não considerar o pedido de ingresso na lide pela União, proferindo decisão terminativa do feito: qual a solução jurídica? Essa decisão é oponível contra a União? Há algum remédio jurídico após os dois anos do trânsito em julgado? A regra de foro especial para a União se aplica indistintamente às autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista federais? Para a solução dessas questões elabore um trabalho (1) seguindo como roteiro a obra **A União Federal em Juízo** (Saraiva, 2ª edição, 2000), de autoria de João Carlos Souto.

1- Trabalho individual, com no mínimo 10 (dez) e no máximo 20 (vinte) páginas, espaço entre linhas de 1,5, letra Times New Roman, tamanho 12 (doze).

Exercício - 5

Trabalho de Processo Civil

Natureza processual da representação, pela Advocacia-Geral da União, de servidores públicos.

Qual a justificativa processual e constitucional para a Advocacia-Geral da União representar algumas categorias de servidores públicos perante a Justiça? Qual a natureza processual dessa representação? Quem pode ser processualmente representado pela Advocacia-Geral da União? Sobre esse tema, elabore um trabalho (1) analisando principalmente as questões

processuais (e incidentalmente as questões constitucionais), utilizando como fonte de pesquisa a obra **A União Federal em Juízo** (Saraiva, 2ª edição, 2000), de autoria do Professor João Carlos Souto.

1- Trabalho individual, com no mínimo 10 (dez) e no máximo 20 (vinte) páginas, espaço entre linhas de 1,5, letra Times New Roman, tamanho 12 (doze).

Exercício - 6

Trabalho de Processo Civil

O Processo de Execução contra a Fazenda Pública

A Fazenda Pública goza de algumas prerrogativas processuais. A União, o Estado, o Distrito Federal ou o Município em juízo significa a sociedade em juízo, quer como demandante ou demandada. Nessa linha, entende parte da doutrina que, figurando a Fazenda Pública como executada, o desenvolvimento do processo executivo segue um rito relativamente diverso dos demais, ou “comuns”. Elabore um trabalho (1) sobre esse tema, analisando a posição da Fazenda Pública Federal como executada, utilizando como fonte de pesquisa o livro **A União Federal em Juízo** (Saraiva, 2ª edição, 2000), de autoria do Professor João Carlos Souto.

1- Trabalho individual, com no mínimo 10 (dez) e no máximo 20 (vinte) páginas, espaço entre linhas de 1,5, letra Times New Roman, tamanho 12 (doze).

Exercício - 7

Trabalho de Processo Civil

Representação processual tributária da União e alcance da expressão “causas de natureza fiscal”

A Ciência Jurídica acolhe, como sabido, institutos de difícil conceituação ou que se situam numa posição, por assim dizer, de transição com referência a outros institutos. A liberdade de pensamento confrontada com a proibição de veiculação de expressões racistas; a liberdade de imprensa confrontada com o direito à privacidade; o interesse público e o direito ao sigilo bancário e fiscal, são exemplos dessa espécie de penumbra jurídica. O Professor João Carlos Souto, em sua obra **A União Federal em Juízo** (Saraiva, 2ª edição, 2000), aborda um

desses temas de difícil conceituação: “representação processual tributária da União e alcance da expressão ‘causas de natureza fiscal’”. Com fundamento na doutrina do Professor Souto elabore um trabalho (1) analisando esse tema referente à representação processual e alcance da citada expressão.

1- Trabalho individual, com no mínimo 10 (dez) e no máximo 20 (vinte) páginas, espaço entre linhas de 1,5, letra Times New Roman, tamanho 12 (doze).

Exercício - 8

Trabalho de Processo Civil

Interpretação normativa no âmbito da administração federal

A partir da década de 90, do século XX, a administração pública brasileira, especialmente a federal, passou a conviver com as denominadas agências reguladoras (ANA, ANEEL, ANATEL, ANP, entre outras). Os dirigentes dessas agências gozam de determinadas garantias, a começar pela aprovação dos seus nomes pelo Senado Federal e mandato por prazo certo. À luz das considerações elaboradas pelo Professor João Carlos Souto, em capítulo específico de sua obra **A União Federal em Juízo** (Saraiva, 2ª edição, 2000), elabore um trabalho (1) respondendo como você, na condição de Procurador-Geral de uma dessas agências, resolveria divergência de entendimento legal com o Advogado-Geral da União, incumbido, por Lei Complementar, de fixar, com foros de definitividade, a interpretação legal no âmbito do Poder Executivo.

1- Trabalho individual, com no mínimo 08 (dez) e no máximo 16 (dezesesseis) páginas, espaço entre linhas de 1,5, letra Times New Roman, tamanho 12 (doze).

Exercício - 9

Trabalho de Processo Civil

O foro especial da União. Tratamento e evolução constitucionais. Exceções.

A doutrina define a competência como o limite da atividade jurisdicional, sua organização sistemática. A União, por expressa disposição constitucional, tem foro específico, definido como Justiça Federal comum. Contudo, nem sempre a União dispôs de uma jurisdição específica, exclusiva. A partir do início do século, com a Constituição de 1891, o direito constitucional processual tem oscilado em estabelecer essa jurisdição, por assim dizer, especial.

O Professor João Carlos Souto, em sua obra **A União Federal em Juízo** (Saraiva, 2ª edição, 2000), procedeu amplo levantamento da evolução da Justiça Federal desde sua implantação pela primeira Constituição republicana, passando por sua supressão e reinserção constitucional. Elabore um trabalho (1) abordando os aspectos levantados pelo Professor Souto, inclusive no que diz respeito à característica absoluta dessa competência, as exceções e as hipóteses de deslocamento.

1- Trabalho individual, com no mínimo 10 (dez) e no máximo 20 (vinte) páginas, espaço entre linhas de 1,5, letra Times New Roman, tamanho 12 (doze).

Exercício - 10

Trabalho de Processo Civil

A expressão “União Federal”

Como sabido, o nome correto da parte é um dos requisitos da petição inicial.

Ao classificar processo em que figura como parte (ou litisconsorte) a União, o Supremo Tribunal Federal identifica esse ente federativo como “União Federal”. Idêntica posição adotam o Superior Tribunal de Justiça e o Tribunal Superior do Trabalho. Na obra **A União Federal em Juízo** (Saraiva, 2ª edição, 2000), o Professor João Carlos Souto enfrenta o tema – de forma pioneira na doutrina – em item intitulado “União ou União Federal?” Analise os argumentos do Professor Souto e emita sua opinião (1) sobre esse assunto.

1- Trabalho individual, com no mínimo 04 (quatro) e no máximo 08 (oito) páginas, espaço entre linhas de 1,5, letra Times New Roman, tamanho 12 (doze).

Exercício 11

Ação rescisória. Multa, dispensa e necessidade.

A ação rescisória, como sabido, tem rito próprio. O Código de Processo Civil estabelece, no art. 488, II, que o autor deve "depositar a importância de 5% (cinco por cento) sobre o valor da causa, a título de multa, caso a ação seja, por unanimidade de votos, declarada inadmissível, ou improcedente."

A União, Estado e Municípios, bem como o Ministério Público, encontram-se isentas desse recolhimento, conforme preceitua o parágrafo único do mesmo artigo. Não obstante essa isenção, há decisões judiciais com interpretação aparentemente diversa daquela estabelecida no inciso II.

Documento disponível em <http://www.joaocarlossouto.adv.br>

Sobre esse tema, na obra **A União Federal em Juízo** (Saraiva, 2ª edição, 2000) há um item específico que se ocupa da análise da ação rescisória promovida pela União. Elabore um trabalho analisando a posição da Fazenda Pública Federal como autora de ação rescisória, avaliando, também, a decisão judicial que deu interpretação restritiva ao parágrafo único do art. 488.

Trabalho individual, com no mínimo 06 (seis) e no máximo 10 (dez) páginas, espaço entre linhas de 1,5, letra Times New Roman, tamanho 12 (doze).

Exercício 12.

Execução de pena de multa

Entre as penas cominadas pelo Código Penal encontra-se a de multa. Transitada em julgado a sentença condenatória, a multa será considerada "dívida de valor" (art. 51, CP), devendo ser inscrita em dívida ativa.

Indaga-se: destinando-se essa multa ao Fundo Penitenciário Nacional e considerando que o sistema penitenciário no Brasil é de responsabilidade (por enquanto) dos Estados, a quem compete a execução da pena de multa? Ao Ministério Público, às Procuradorias Estaduais ou à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional?

Há enorme controvérsia jurisprudencial e, inclusive, lei estadual disciplinando matéria que parece não se incluir entre a competência legislativa de Estado-membro.

O livro **A União Federal em Juízo** (Saraiva, 2ª edição, 2000) enfrenta a questão.

Sobre esse tema (pena de multa e legitimidade ativa para sua execução) elabore trabalho individual, com no mínimo 06 (seis) e no máximo 10 (dez) páginas, espaço entre linhas de 1,5, letra Times New Roman, tamanho 12 (doze).